



GRUPO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO N.º 15/VIII (3.a)

AC

MENCIONE-SE, PUE
E EXPECT
2001/09 15

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia da República

Lisboa, 3 de Setembro de 2001

Excelência:

Ex.mo Senhor Presidente.

Na sessão plenária de 9 de Junho p. p., destinada a Perguntas ao Governo, foi discutida a "compatibilização do traçado da A10 entre Bucelas e o Carregado e a preservação da Quinta do Bulhaco" (DAR, I Série, número 94, pg. 3687 e segs., de 9 de Junho).

Durante o referido debate (em que o signatário interveio em nome do PSD - Partido Social Democrata) o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, em representação do Governo, assumiu, também, essa mesma posição, de forma a que o imóvel classificado não viesse a ser destruído.

Tomou agora conhecimento, o signatário, de que havia sido publicada a declaração de utilidade pública de expropriação dos terrenos da Quinta do Bulhaco, sem autorização do Ministério da Cultura.

Ora, a consequência dessa mesma declaração, será, no caso concreto, a execução da auto-estrada, no traçado reprovado pela IPPAR, e, bem assim, a destruição do imóvel classificado.

Ou seja, a ser verdade a informação recolhida, o Governo prepara-se para permitir a execução do projecto reprovado e anunciado como

não passe de vir a ser concretizado, nesses mesmos termos, por um dos seus membros, no Plenário da Assembleia da República.

Nestes termos, Senhor Presidente, solicita-se ao Governo, através do Senhor Ministro do Equipamento Social, do Senhor Ministro da Cultura e do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares:

1. Qual a posição do Governo sobre a imperiosa e urgente necessidade de revogação do acto em causa, de forma a permitir a preservação da Quinta do Bulhaco como imóvel classificado de interesse cultural?
2. Como pensa o Governo evitar a destruição do imóvel onde nasceu Fernando de Bulhões, que a História e a Angiografia recordam como Santo António de Lisboa?
3. Qual a indemnização pedida pela Brisa para desviar o traçado da auto estrada em questão que tem vindo a impedir o respeito por uma decisão de preservação do património classificado?

O Deputado


(Rui Gomes da Silva)